

### III - Campesinato e peonagem

Neide Esterci

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

ESTERCI, N. *Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. III – Campesinato e peonagem, p. 94-127. ISBN: 978-85-99662-54-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

---



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

### III

## Campesinato e Peonagem

*Hoje em dia, quem trabalha para outro é peão, mas, de primeiro, ninguém chamava por esse nome: era trabalhador de fulano (Antônio, posseiro).*

No momento em que ocorria o conflito entre os posseiros de Santa Terezinha e a CODEARA, os peões eram o contingente mais numeroso de trabalhadores da empresa. Desde o início eles foram trazidos em grandes levas, a primeira das quais, como se viu, teve que ficar acampada às margens do rio, devido à resistência dos posseiros em admitir que as matas próximas fossem derrubadas. No discurso dos posseiros sobre a empresa havia muitas referências aos peões, nem sempre relacionadas à disputa em torno das terras mas, freqüentemente, derivadas da perplexidade diante dos maus tratos impostos pela empresa aos seus trabalhadores, ou diante de sua condição de trabalhadores "cativos" e "mandados" que os posseiros opunham, comparativamente, à sua própria condição de gente que trabalhava no que era seu. No tocante à participação dos peões no conflito, havia referências a contatos tensos e a casos individuais de um ou outro peão que se dispusera a servir como força de repressão da empresa, mas nunca a choques entre turmas de peões e grupos de posseiros, conforme chegara a ser algumas vezes anunciado. Também não havia indicações de expectativa, por parte dos posseiros, de que as turmas de peões fossem se colocar a seu lado na luta contra a empresa.

De fato, do ponto de vista dos posseiros, os peões apareciam associados a uma série de fatores de desorganização da sua vida social: a ameaça de expropriação e destruição de suas casas e áreas de cultivo, a presença incômoda de um enorme contingente de estranhos, às vezes, equivalente ao número de homens adultos do povoado, ao surgimento da zona de prostituição. O termo peão logo adquiriu uma conotação pejorativa e passou a designar uma categoria carregada de conteúdos negativos: homens desconhecidos, "sem família", "sem compromisso", "largados", "bêbados", "vendidos". Os posseiros opuseram resistência a que suas filhas se relacionassem com peões e, na própria distribuição espacial da vila, se expressou a distância e a oposição com relação a esses trabalhadores.<sup>26</sup> Entretanto, houve

---

<sup>26</sup> Na vila, por exemplo, uma das ruas dava acesso direto à sede da empresa; nela e nas suas imediações, até uma espécie de praça que marcava a descontinuidade com as ruas seguintes, estavam concentrados os quiosques que vendiam bebidas e laticínios, as casas comerciais maiores que ofereciam confecções, calçados e rádios de pilha, os ranchos improvisados onde alguns trabalhadores armavam suas redes, as "pensões de peões", a zona de prostituição. Nas ruas seguintes, estavam a capela, a Cooperativa dos posseiros, as casas dos membros da equipe religiosa, a maior parte dos posseiros que tinham rasas na vila e algumas casas comerciais, duas das quais de proprietários de origem camponesa. Noutro povoado, observei que os peões restringiam-se a circular na área dos bares, pensões e zona de prostituição e que as notícias que mobilizavam as passos num ponto e noutro da vila

casos de peões que se casaram com viúvas ou filhas de posseiros e, através da aliança contraída, se engajaram na luta e se tornaram também posseiros.

Na tentativa de expulsar os posseiros, os homens da empresa manipularam a oposição, fazendo circular entre os peões a versão de que as terras pertenciam à empresa e de que os que as ocupavam indevidamente não as faziam produzir porque eram "beirosos" ("preguiçosos da beira do rio") , mesmo porque disputava com eles, exatamente, a parte do povoado que dava acesso à via fluvial. Entre os posseiros, por outro lado, faziam correr a notícia de que os peões iam se revoltar e de que se dispunham a enfrentar os moradores que os impedissem de realizar as tarefas para as quais haviam sido contratados.

A presença dos peões não teve para todos os moradores do povoado as mesmas implicações negativas que dela decorriam para os posseiros. De fato, o tempo das grandes derrubadas da empresa, e não só da CODEARA, mas também das empresas que foram sendo instaladas nas áreas próximas, constituiu o pique do movimento comercial da vila, para onde convergiam os trabalhadores nos momentos de recrutamento e nos intervalos entre a realização de uma tarefa e doutra. Os preconceitos com relação aos peões, no entanto, estavam sempre presentes e eram manipulados conforme os interesses de cada um, porque a cadeia de exploração que começava no espaço de trabalho tinha desdobramentos na vila envolvendo intermediários (empreiteiros e gatos) , comerciantes, donos de pensões e polícia.

Vou analisar, neste capítulo, a peonagem como forma de subordinação do trabalho distinta do assalariamento tipicamente capitalista, considerando a instituição da dívida, a figura do intermediário e o contrato de remuneração por produção como elementos que compõem a relação.

Em seguida, examinarei as formas de reação dos peões à exploração a que estavam submetidos, tentando compreender estas formas de reação como decorrência da própria característica que confere particularidade à relação e como função da percepção tida por estes trabalhadores do seu engajamento naquele tipo de contrato de trabalho.

Finalmente, indicarei alguns aspectos da relação dos peões com seus companheiros de trabalho e com as mulheres da zona de prostituição que me parece ser o modo pelo qual, afastados de suas comunidades de origem, eles reconstruíam suas relações sociais e familiares dentro das condições a eles impostas pelo tipo de recrutamento da força de trabalho.

Antes, porém, preciso chamar atenção para alguns pontos que me permitam esclarecer, mais adequadamente, a que trabalhadores estou me referindo e a que situação se refere o modelo por mim em construção.

Havia, mesmo na fase inicial de implantação das empresas, outros segmentos de

---

nunca eram as mesmas por mais extraordinário que fosse algum caso ocorrido (cf. Esterici: 1980; página 134).

trabalhadores que nelas se empregavam e que não estavam incluídos na peonagem. O termo peões podia ser usado para referir-se tanto a trabalhadores diretos como indiretos (peões, propriamente, e empreiteiros), desde que contratados por empreita, remunerados à base da produção, dedicados a tarefas tais como derrubadas, demarcação de limites, abertura de estradas, sem vínculo empregatício juridicamente reconhecido pela empresa e sujeitos a uma alta rotatividade, circulando de uma empresa para outra por toda a região.

Neste sentido, distinguam-se os peões dos mensalistas, assim chamados, justamente por serem contratados por tempo de serviço, remunerados à base de salários mensais, para realizar tarefas ligadas à administração, fiscalização, operação de máquinas e cuidados com o gado, sujeitos a uma rotatividade menor; daí, inclusive, serem pensados como trabalhadores "fixos". Entre os mensalistas havia os chamados empregados que, do ponto de vista dos peões (assim como dos posseiros), se supunha representarem, mais fortemente, os interesses das empresas. Incluíam-se entre os empregados, fundamentalmente, os gerentes e fiscais.

Um outro segmento da força de trabalho das empresas era constituído por mestres de ofício e seus auxiliares para realizar tarefas tais como construção de casas, cercas e estábulos. Os oficiais eram contratados também sob o regime de empreita e, por sua vez, podiam contratar seus auxiliares como diaristas.

Atualmente, os trabalhadores temporários empregados nas empresas continuam sendo chamados peões, mas o significado do termo tende a se transformar e o modelo de peonagem que aqui será descrito pretende ser adequado apenas à situação vigente na fase de instalação das empresas. As relações pelas quais se organiza, atualmente, o cultivo do arroz, da cana, dos seringais nas empresas não serão objeto de análise e talvez os peões da fase já produtiva das empresas sejam muito mais comparáveis aos bóias-frias e volantes, no Centro-sul do país, e aos clandestinos, no Nordeste. Alguns indicadores da transformação ocorrida podem ser apreendidos nas referências do boletim ALVORADA de 1982:

*Nas matas estão os peões, trabalhando sem salário, enquanto as mulheres lavam roupa para sustentar os filhos na escola e no de comer. Os peões não sabem o que fazer. Não têm terra e são obrigados a sair para as fazendas, ganhando uma diária de Cr\$ 700.00" (Redator do boletim ALVORADA; julho/agosto de 1982).*

*Antes, na minha pensão não faltava nada, tinha muito dinheiro e muito peão e se fazia movimento. Eram os peões que entravam na mata e derrubavam. Aí foram chegando as máquinas e mandando os peões embora. Os de fora foram saindo, só ficando os moradores, que hoje estão servindo de peões para a plantação de seringa (Dona de pensão; transcrito do boletim ALVORADA; julho/agosto de 1982).*

Nestas formulações, as distinções entre os trabalhadores das empresas que hoje são chamados peões e aqueles que antes eram assim também chamados se expressam no ser

"morador" e não ser "de fora", ter mulher e filhos no lugar e não hospedar-se nas pensões, trabalhar nas plantações e não na realização de tarefas de implantação, ser remunerado à base de diárias e não mais, essencialmente, por produção. Tais distinções remetem, pois, a mudanças havidas nas necessidades das empresas na forma de recrutamento da força de trabalho, no tipo de atividades predominantemente realizadas, nas formas de contrato de trabalho. Mas o que me parece fundamental é estarem ausentes, na situação atual de Santa Terezinha, as condições existentes no período de implantação das empresas e que propiciavam e tornavam necessária a instituição da dívida. Sob este aspecto, inclusive, as relações de hoje, entre os novos peões e as empresas, são muito mais próximas daquelas que se dão entre bóias frias, volantes e clandestinos e seus empregadores (D'Incao: 1975; Martinez-Allier: 1975; Sigaud: 1979).

Caberia ainda dizer que, ao contrário dos posseiros, os peões que me prestaram informações não estavam todos referidos à mesma empresa CODEARA, nem foram todos contactados em Santa Terezinha, mas muitos deles foram entrevistados em São Félix do Araguaia, Porto Alegre do Norte e Vila de Santo Antônio (também chamada Chapadinha), tendo passado por várias empresas não só do Estado de Mato Grosso mas também do Estado do Pará.

### **1. A particularidade da peonagem**

A forma assumida pela ocupação da chamada Amazônia Legal, depois de 1960, disseminou, por toda a Região, um modo de subordinação que logo passou a ser conhecido como uma espécie de nova e espúria escravidão. "Comprei este escravo" - era como se iniciava a matéria de um repórter descrevendo sua aventura em Barra do Garças, Mato Grosso, da qual saíra acompanhado de três peões e com a impressão de que "era o único sujeito. . . neste mundo que tinha no bolso um documento de posse de gente..." (Oleari: 1972). "Escravidão e feudalismo no Norte de Mato Grosso" é o título de um informe denúncia do bispo de São Félix do Araguaia, redigido em 1970 (Casaldáliga: 1970). Dos próprios peões era possível ouvir expressões como a seguinte: "Porque nós estamos aqui, presos num curral, e nossos companheiros já fugiram..." (Diálogo de Cícero, posseiro, com peões da Codeara em 1967).

A literatura sociológica produzida sobre a Região, referindo-se à peonagem, nem sempre atribuiu um peso tão significativo às indicações de coerção constantes dos relatos de terceiros ou depoimentos dos próprios trabalhadores acerca de suas condições de trabalho, tendendo a enfatizar muito mais o caráter de proletariado emergente desses novos personagens como "assalariados temporários,... categoria especial de operários do campo"

(Ianni: 1978; página 118). Entretanto, o rótulo de escravismo pelo qual se tem condenado a relação sugere que estejamos atentos aos mecanismos de coerção sobre os quais repousa esta forma de subordinação do trabalho porque eles podem ser indicadores de alguma particularidade desta relação. Significativamente, a mesma associação havia sido feita, antes, com relação a outras formas de subordinação e coerção surgidas em outras circunstâncias históricas e referidas como peonagem:

*Em diferentes países, notadamente no México, a escravidão foi dissimulada sob uma forma que leva o nome de peonagem. (...) Por meio de adiantamentos a serem deduzidos do trabalho e que se transmitem de uma geração a outra, não somente o trabalhador isolado, mas ainda sua família, tornam-se propriedade de outras pessoas e suas famílias (Marx: 1968; página 122).*

O que está em jogo, num caso como nos outros, é a perda, por parte do trabalhador, da condição de livre possuidor de sua força de trabalho. Através da instituição da dívida, ele passa de "livre a escravo, de possuidor de uma mercadoria a mercadora" (Marx: 1968; página 121).

Já tive oportunidade de expor esta concepção a respeito da peonagem (Esterci: 1979). Aqui pretendo explorar os elementos que produziram a aparência de trabalho escravo como indicativos dos mecanismos de coerção sobre os quais repousava essa forma particular de subordinação do trabalho. Neste sentido, a dívida adquire uma relevância singular porque através do endividamento se justifica o cerco aos trabalhadores e se configuram como "fugas" suas tentativas de deixar as áreas de serviço. A constituição da dívida, no entanto, está associada à forma de exploração e controle sobre a força de trabalho que as empresas exerciam através dos intermediários e da remuneração por produção. A intermediação, a remuneração por produção e a dívida são, portanto, os elementos da peonagem a serem examinados em seguida.

## **2. Os intermediários**

A demarcação de limites de terra entre empresas vizinhas, a repartição de áreas internas de serviço, o desmatamento de grandes superfícies para formação de pastagem e a construção de estradas na mata virgem exigiam o concurso de conjuntos numerosos de trabalhadores que executassem estas tarefas nos períodos anuais de estiagem, entre maio e agosto, aproximadamente. Lidando com 400, 500 trabalhadores, na fase de implantação, as empresas contratavam um certo número de trabalhadores indiretos encarregados de recrutar, organizar e fiscalizar o trabalho da grande massa de peões. As designações atribuídas a esses intermediários fornecem indicações significativas a respeito da diferenciação entre eles. Embora todos pudessem, em determinados contextos, ser identificados como empreiteiros ou

gatos, considerando-se esses termos como sinônimos, o termo gato, denominação jocosa e meio pejorativa, aplicava-se aos intermediários quando estava em jogo a tarefa de recrutamento e remetia à capacidade de seduzir com "falsas promessas" de alta remuneração e boas condições de trabalho e assistência. Aludia também às diversas formas de "roubo" na medição das tarefas contratadas, no acerto de contas, na apropriação de uma "comissão" ou "porcentagem" julgada indevida e na fuga com o dinheiro devido aos trabalhadores ao final do cumprimento de uma tarefa. Neste último sentido, o termo podia ser aplicado aos empreiteiros, não como recrutadores, mas como intermediários e responsáveis pela organização do trabalho. Pelos diminutivos (empreiteirinho, gatinho) costumavam ser chamados os intermediários que assumiam o controle de pequenas turmas de trabalhadores, contratando tarefas diretamente com a empresa ou mesmo com outro intermediário, numa relação de subempreita e, por sua vez, repassando as tarefas aos peões também sob a forma de empreita. Enquanto os empreiteiros maiores podiam lidar com turmas de dezenas e até centenas de trabalhadores, os outros se responsabilizavam por pequenos grupos de trabalho e cinco ou dez homens.

Havia, entretanto, pequenos intermediários chamados chefes-de-time que, embora também se encarregassem de tarefas de recrutamento, comando e organização do trabalho, acerto de contas com a empresa ou com o intermediário, diferiam dos demais pelo fato de participarem, eles mesmos, diretamente, do trabalho produtivo. Sob este aspecto seria válido, seguindo as indicações fornecidas pela própria classificação dos trabalhadores, distinguir entre os empreiteiros, os não trabalhadores (os "parasitas" referidos por Marx) e um outro tipo (os chefes-de-time), que seria mais adequadamente pensável como o "operário principal", referido por Marx (Marx: 1968; página 464). Os chefes-de-time, via de regra, recrutavam seus "companheiros" a partir de vínculos anteriores de conhecimento ou parentesco e não subempreitavam o serviço aos demais trabalhadores mas formavam com eles uma "sociedade", repartindo com eles tanto as tarefas quanto o saldo obtido. Como os chefes-de-time se incumbiam de tarefas tais como aquisição de mercadorias, acerto de contas com a empresa, distribuição do saldo devido aos trabalhadores, sua posição no time era diferenciada e podia derivar tanto da liderança exercida entre os próprios componentes do time, quanto da confiança conquistada entre os empregados da empresa encarregados de realizar as contratações. Neste sentido, é possível pensar a posição de chefe-de-time como um passo na escala de ascensão na estrutura da peonagem que leva à condição de empreiteiro. É possível pensar também que, algumas vezes, a autoclassificação como chefe-de-time fosse usada como um eufemismo pelos próprios empreiteiros no sentido de negar sua própria condição de exploradores da força-de-trabalho. Esta última possibilidade é significativa por revelar exata-

mente o fato de, aos olhos dos peões, a posição de empreiteiro carecer da legitimidade atribuída à posição de chefe-de-time. O time aparece, na verdade, como um espaço no qual as relações de solidariedade e companheirismo se expressam nas próprias regras de divisão do trabalho. Tratarei disto num item à parte.

### **3. O salário por produção**

Os contratos firmados tanto entre as empresas e os empreiteiros quanto entre estes e as turmas de peões podiam ser de dois tipos: "livre", quando as despesas com alimentação durante o período de realização da empreita corriam por conta daqueles que subempreitavam o serviço a outros e "cativo", quando tais despesas eram descontadas do montante devido aos trabalhadores no final da tarefa. O preço das tarefas variava de acordo com o tipo de contrato e também de acordo com a maior ou menor dificuldade de realizá-la. A demarcação de limites, conhecida como "abertura de picada", era considerada a tarefa mais difícil, pois exigia o deslocamento dos trabalhadores, carregados de tralhas de cozinha, ferramentas, mantimentos, roupas e redes de dormir, por grandes distâncias dentro da mata, percorridas entre o ponto de saída e de chegada, à medida que a picada ia sendo aberta. A derrubada era outra tarefa considerada pesada e entre uma e outra derrubada a dificuldade variava também, de acordo com o tipo de mata - mais ou menos densa, formada de árvores mais ou menos grossas. A derrubada do mato fino para limpeza de pastos era especificada como "juquirá" (ou roço), tarefa considerada de mais fácil execução.

Como a margem de ganho oferecida no contrato era maior para tarefas mais difíceis, os trabalhadores costumavam dizer, por exemplo, que a empreita que mais compensava era a "abertura de picada", o que expressava um dos aspectos da percepção do salário por produção, pois o trabalhador privilegiava neste tipo de formulação, não a avaliação do desgaste de força-de-trabalho, mas sim a possibilidade de, em menos tempo, acumular um ganho maior.

De fato, os peões costumavam pensar o contrato por produção como mais vantajoso que o contrato por tempo, na medida em que avaliavam poder aumentar sua margem de ganho pela intensificação voluntária da força-de-trabalho e pela redução intencional de gastos. Neste sentido, inclusive, tendiam a ter na realização do saldo uma espécie de comprovação de sua capacidade de trabalho e contenção de despesas.<sup>27</sup>

---

<sup>27</sup> Maria Rosilene Barbosa Alvim faz uma análise do mesmo tipo de ilusão produzido pelo salário por peças sobre a percepção dos artistas que trabalham na "arte do ouro", em Juazeiro, no Ceará (Alvim: 1972). Talvez fosse possível falar-se no "fetichismo" do -salário no mesmo sentido empregado por José Sérgio Leite Lopes ao analisar a percepção que os operários de uma usina de fabricação de açúcar de Pernambuco têm sobre a relação entre seu trabalho e sua remuneração (Leite Lopes: 1976; capítulo III). De fato, na ânsia de saldar, os peões intensificam voluntariamente o uso de sua força de trabalho e estendem sua jornada de modo a vencer o tempo e o acúmulo de despesas necessários à realização da tarefa contratada. Quando fracassam na busca de obtenção do saldo, não questionam o salário mas revelam outros aspectos da exploração a que estão submetidos, denunciando



Os intermediários, entretanto, raramente falavam em saldo e costumavam dizer que tinham sempre "prejuízo". E as acusações, naturalmente, se faziam nos dois sentidos: os peões alegando que os empreiteiros lhes davam o "tombo" (fugiam com a remuneração que lhes era devida), "roubavam" na medição das tarefas, cobravam preços extorsivos pelas mercadorias, colocavam nas contas itens por eles não consumidos, subtraíam do montante pago pela empresa porcentagens julgadas excessivas, cobravam itens, como remédios, por exemplo, que não deveriam ser cobrados. Os intermediários, por sua vez, alegavam que também os peões davam o "tombo" (abandonavam o serviço antes de concluí-lo e sem ter compensado os gastos já feitos) e que, uma vez no serviço, não trabalhavam direito, e, por isso, tinham de ser despachados da mesma forma, sem ter compensado os gastos. Daí o "prejuízo" dos empreiteiros. Importa ressaltar que a presença dos intermediários livrava a empresa das acusações de uns e outros, na medida em que os peões tendiam sempre a ver nos empreiteiros os autores da exploração de que eram vítimas e estes tratavam sempre de repassar aos trabalhadores diretos os ônus maiores da exploração. Esta forma de percepção parece que se modificava quando turmas pequenas de trabalhadores, sob a liderança de chefes-de-time, contratavam serviços diretamente com a empresa e não através de subempreita com os intermediários. A tendência indicada, por ocasião da pesquisa, era de que estas pequenas turmas viessem a ocupar o espaço deixado pelos grandes empreiteiros e ainda aqui os peões alegavam que as empresas estavam optando pelos times em função dos "rolos" criados pelos empreiteiros, pois teria havido caso em que, tendo o empreiteiro dado o "tombo", a empresa se vira obrigada a assumir a remuneração devida aos trabalhadores. Além disto, os abusos cometidos contra os trabalhadores teriam gerado a intervenção da Polícia Federal, atingindo não só empreiteiros mas também gerentes e fiscais. Parece, no entanto, mais plausível que, uma vez passada a fase de instalação, as empresas tenham podido prescindir de contingentes tão numerosos de trabalhadores, passando a substituir as grandes turmas de trabalho sob o comando de empreiteiros por pequenos times, muitos deles contratados diretamente pela empresa. Mas isto é apenas uma hipótese que só uma pesquisa da situação posterior poderia confirmar ou não. Entretanto, a formulação de que os empreiteiros serão eliminados traduz a oposição dos peões aos não trabalhadores e a percepção que eles têm de que são os empreiteiros os agentes da exploração.

#### **4. A dívida**

Embora gatos e empreiteiros pudessem ficar em débito com as empresas, não

---

as várias formas de "roubo": o preço extorsivo das mercadorias, o "roubo" na conta e na medição das tarefas e mesmo as dificuldades não previstas que ocorrem no período de realização do trabalho.

disponho de elementos para discutir esta relação. Os depoimentos tanto dos intermediários quanto dos próprios peões referiam-se, fundamentalmente, à dívida destes com a empresa ou com os intermediários.

Configurava-se como dívida do trabalhador a diferença entre o montante das despesas que lhe haviam sido debitadas e da remuneração que era devida favorável ao empregador. Não tendo outro recurso para saldar a dívida, o trabalhador tinha que engajar-se em uma nova tarefa até que ela fosse liquidada. Três eram os tipos de despesas debitadas aos trabalhadores: o "abono", as despesas de viagem e o "fornecimento".

O "abono" era a quantia cedida ao peão no ato de recrutamento e dispendida por ele fora do local de trabalho. Podia destinar-se a suprir, na sua ausência, necessidades da família, na medida em que esta fosse dependente dele enquanto membro do grupo doméstico que se afastava. Outras vezes, o "abono" destinava-se a despesas do próprio trabalhador quando este já se encontrava afastado da família, à espera de um novo recrutamento, entre um período e outro de trabalho. Nestas ocasiões, os próprios peões podiam dizer que o adiantamento recebido era "para zuar", expressão jocosa que se referia a gastos com diversões nos bares e zonas de prostituição existentes nos pontos de recrutamento. Os empregadores costumavam referir-se, pejorativamente, a esta destinação do "abono", como forma de construir uma imagem de "falta de juízo" e irresponsabilidade dos peões que assim consumiriam, inadequada e antecipadamente, parcelas substanciais de seus ganhos. O que importa ressaltar no caso é que, independente da destinação do "abono", ele cumpria uma função privilegiada no estabelecimento da relação de subordinação ao empregador, pois garantia a legitimidade da vigilância e da coerção exercida sobre ele num momento em que outras formas de coerção não teriam condições de se exercer. Suponhamos, por exemplo, que antes de se deslocar para o local de trabalho, mas já depois de ter-se comprometido com um intermediário, outro lhe oferecesse melhores condições de trabalho. Nesta situação, nada poderia restringir suas possibilidades de desistir do primeiro acerto, a menos que algo como o "abono" selasse o trato meramente verbal anteriormente feito, pois, na medida em que já houvesse assumido uma dívida, toda desistência poderia ser caracterizada como "fuga", justificando o emprego de um aparato de buscas ao fugitivo como devedor. Os intermediários costumavam, inclusive, citar situações desse tipo para caracterizar sua posição como sujeita a riscos de "prejuízo" por conta da irresponsabilidade dos trabalhadores com relação aos compromissos assumidos. Ao mesmo tempo em que usavam o "abono" como uma forma de iniciar a relação de coerção sobre a força de trabalho, os intermediários costumavam calcular o montante do "abono" tendo em vista a avaliação da "responsabilidade" e da capacidade produtiva de cada trabalhador, controlando, desta forma, a margem de riscos que estavam dispostos a correr e o

interesse maior ou menor em dispor da força de trabalho desse ou daquele trabalhador. Se, por um lado, se gabavam de sua capacidade de avaliação dos trabalhadores, por outro lado, os empreiteiros sempre contavam exemplos de avaliações benevolentes que resultavam em "prejuízos".

Na medida em que o recrutamento era feito longe dos locais de serviço, as despesas de viagem eram o outro item que se incluía nas despesas do trabalhador: referia-se a gastos de transporte, alimentação e outros tais como gastos com problemas de saúde, feitos durante o percurso. Esta dívida contraída diretamente com o arregimentador da mão-de-obra, o gato, podia ser transferida ao empreiteiro nos locais de serviço. Esta transferência de dívida, que podia se dar igualmente com relação ao "abono", é que tem sido muitas vezes denunciada como "compra" ou "venda de peões". Embora encubram a natureza específica da transação em jogo, estas expressões não são de todo inadequadas, pois apontam para um mecanismo de cerceamento do trabalhador enquanto livre vendedor de sua força de trabalho, o que caracterizaria a relação tipicamente capitalista: uma vez a dívida sendo paga pelo empreiteiro ao gato, o trabalhador ficava obrigado a trabalhar para o pagador até a dívida ter sido resgatada. As despesas de viagem podiam ser cobertas por adiantamentos feitos pela empresa, ou por um empreiteiro ao arregimentador de mão-de-obra, que recebia além disso uma "comissão" ou "porcentagem" pelo seu trabalho. Entretanto, sua margem de lucro podia aumentar ou diminuir dependendo do quanto ele conseguisse debitar a cada trabalhador chegado ao local de trabalho ou do número de "fugas" ocorridas durante a viagem.<sup>28</sup>

Além do "abono" e das despesas de viagem, a dívida incluía ainda os gastos de "fornecimento" que se referiam às aquisições feitas pelo trabalhador no período de trabalho em função de sua realização. Quais itens seriam incluídos no "fornecimento", isto dependia do tipo de contrato estabelecido com o empreiteiro. O contrato de trabalho "livre" implicava que o empreiteiro assumisse as despesas de alimentação dos trabalhadores no período de realização da tarefa contratada, sendo abatidas do saldo somente as despesas "extras" tais como roupas, cigarros e remédios; o contrato de trabalho do tipo "cativo" implicava que do saldo devido aos trabalhadores deveriam ser abatidas todas as despesas inclusive aquelas referentes à alimentação e ferramentas de trabalho. O quantum de remuneração que seria dado ao trabalhador em troca da tarefa realizada variava naturalmente conforme fosse o tipo de

---

<sup>28</sup> No romance autobiográfico *A SELVA*, Ferreira de Castro referindo às relações de trabalho nos seringais da Amazônia na época do boom da borracha, que sob muitos aspectos se assemelham às relações da peonagem, nos dá a medida da importância do cálculo do arregimentador sobre as despesas de viagem. Estando o autor sob a tutela do tio, foi por este oferecido a um arregimentador que, vindo do nordeste, passava por Belém, rumo aos seringais. O arregimentador aceitou levar consigo o rapaz somente sob a condição de que este passasse a assumir como suas as despesas atribuídas a um dos recrutados que "fugira" durante o percurso (Castro, Ferreira de. *A Selva*, Lisboa, Guimarães & Cia Editores, 1975, páginas 31 e 32).

contrato, "livre" ou "cativo", acertado entre ele e o empreiteiro. Por outro lado, a escolha de um ou outro tipo de contrato dependia da avaliação de parte a parte das condições do trabalho. Por exemplo, um trabalhador que levasse para o serviço mulher e filhos entrava numa relação de trabalho "livre", por um lado, porque o empreiteiro não se dispunha a arcar com as despesas de alimentação dos membros não diretamente produtivos da família; por outro, porque o próprio trabalhador contando com a cooperação da mulher e dos filhos no suprimento de suas necessidades podia tentar reduzir seus gastos a mulher cozinhava e lavava, os filhos carregavam o alimento até o local do serviço, complementavam a alimentação com o produto de uma caça. As discussões acerca do "fornecimento" davam margem a acusações mútuas: os empreiteiros, citando exemplos de peões que abandonavam o serviço antes de concluí-lo e fugiam sem pagar despesas de "fornecimento"; os peões, reclamando do alto preço conferido às mercadorias e à inclusão na conta de itens não consumidos. O trabalhador não ilegítimava o compromisso que lhe advinha do endividamento: enquanto não liquidava a dívida, sabia que não era livre para vender a outro sua força-de-trabalho mas percebia que, muitas vezes, por mais que intensificasse o uso de sua força-de-trabalho, por mais que se esforçasse para reduzir seus gastos, corria sempre o risco de não conseguir eliminar a dívida que o aprisionava. Essa percepção, entretanto, não eliminava a ilusão do saldo que, em parte, pelo menos, explicava sua motivação de engajar-se, novamente, na peonagem, pois, apesar das experiências negativas de contratos anteriores, havia também os casos em que se produziam saldos. Se estes eram ou não compensadores, é difícil de avaliar; a questão é que raramente um peão admitia ter obtido um saldo suficiente para realizar a viagem de volta ao seu lugar de origem depois de algum período de trabalho. A própria história da volta à casa, sendo sempre pontilhada de fome, carona e novos engajamentos em trabalho para produzir recursos para mais um trecho de viagem.

Mas a relação entre o saldo e a volta à casa tem outras dimensões não apenas práticas a serem consideradas. De fato, quando um rapaz (homem solteiro), ou um jovem cônjuge deixam sua família

e seu lugar de origem, eles assumem como que um compromisso de compensar a ausência e coroar a aventura com algum ganho material substantivo. Uma questão de honra e orgulho está em jogo. O saldo é então um pouco como um troféu e a dureza da situação enfrentada para obtê-lo, uma espécie de prova de fogo. A volta sem um ganho considerável em alguma medida é uma "vergonha" que faz com que muitos peões perpetuem seu afastamento com relação a suas famílias e, na busca do saldo, acabem por constituir outras famílias nas áreas para onde se deslocaram.

## 5. A cadeia de exploração no povoado

Existia, porém, um outro elemento fundamental na constituição da dívida que não pode deixar de ser mencionado, porque, inclusive, se refere à relação dos peões com um segmento importante do povoado formado em função da introdução das empresas. Refiro-me aos donos das "pensões de peões". Era nas "pensões de peões" que se hospedavam os trabalhadores nos pontos de recrutamento da Região, quando, terminado um período de trabalho, vinham para os povoados ou pontos de estrada à espera de um novo recrutamento. Nestas pensões, também nos bares, nos "cabarés" e nas casas comerciais, os peões consumiam, muitas vezes, o saldo que haviam obtido. Nos bares, "cabarés" e casas comerciais não havia para os peões a instituição do fiado e, portanto, terminado o saldo, eles simplesmente paravam de consumir. Os "donos de pensão", entretanto, tinham sempre a possibilidade de acordo com empreiteiros e gatos e muitas vezes continuavam aceitando a presença de peões sem saldo na expectativa de que, por ocasião do novo recrutamento, a dívida do trabalhador fosse paga pelo interessado. Também este tipo de transação entre o intermediário e o dono de pensão costuma ser referido como "compra" de peão. Muitas vezes havia acordos prévios entre um certo dono de pensão e este ou aquele gato - não só os donos de pensão concordavam em hospedar os peões que ali eram deixados pelos intermediários até novo período de trabalho, como também estes intermediários concordavam em recrutar e pagar as despesas daqueles trabalhadores que, por sua própria conta, os donos de pensão tivessem abrigado. Havia casos, inclusive, de donos de pensão serem referidos como gatos, numa espécie de superposição de papéis na cadeia de intermediação entre a empresa e os pontos de recrutamento de trabalhos. Aqui, novamente, se acordos havia, também havia acusações mútuas: os donos de pensão acusando empreiteiros e gatos de lhes darem o "tombo" - ou seja, de deixarem sob sua responsabilidade trabalhadores cujas despesas eles não vinham pagar; e os peões acusando donos de pensão de, em comum acordo com os gatos e empreiteiros, não abrirem a possibilidade de um novo contrato de trabalho até a conta estar suficientemente alta. Os donos (ou donas) de pensão podiam, no entanto, se dizerem "pais" ou "mães" dos peões, alegando que continuavam a lhes fornecer alimentos e abrigos quando já não tinham mais recursos e de, ao mesmo tempo, controlarem seus gastos com bebidas, por exemplo, para não aumentarem sua dívida com supérfluos. Pelos donos de pensão, os peões eram apresentados como pessoas "sem juízo", precisando ser tutelados.<sup>29</sup> Não era pouco

---

<sup>29</sup> Em São Félix, por exemplo, fui levada a um rancho de peões abrigados por um dono de pensão também referido como gato. Constava que não era explorador como os outros e era tido como "pai dos peões". Entretanto, quando os peões que estavam atrelados a ele começaram a expor seus pontos de vista, fazendo-o inclusive como denúncia, na medida em que me tomavam por "federal" ou "promotora", o referido personagem sentiu-se tão ameaçado que não só chamou a polícia para desarmar um peão que trazia uma faca, como também tentou subornar-me oferecendo presentes e dinheiro.

comum que os próprios peões vissem assim sua relação com os donos e donas de pensão, cuja paciência em esperar pelo recrutamento de seu hóspede era tida como uma espécie de benevolência de sua parte.

Entre os comerciantes, diferentemente do que acontecia com os donos de pensão, se havia aqueles que dependiam essencialmente do afluxo de trabalhadores das empresas, havia outros cuja clientela era recrutada basicamente entre os próprios posseiros e demais moradores do povoado. Disso decorria, em parte pelo menos, o fato de uns terem uma certa aliança com os posseiros na luta pela terra enquanto outros eram mais simpáticos às empresas. Aqueles que dependiam do movimento de peões tinham maiores estoques de itens não tão visados pelos moradores do povoado e, se aos moradores admitiam vender "fiado", não admitiam fazê-lo no caso dos peões, além do que costumavam cobrar-lhes preços acima daqueles cobrados aos moradores. Na relação entre empreiteiros, comerciantes e peões, institucionalizou-se o "vale": os empreiteiros, ao final de uma tarefa, alegavam não ter dinheiro vivo e efetuavam o pagamento devido ao trabalhador com um "vale". Chegando à vila, o trabalhador procurava um comerciante que adquiria o "vale" por um preço abaixo da quantia nele estipulada. Quando chegava o empreiteiro que assinara o "vale", este era resgatado de modo que a cada um coubesse uma parte do lucro auferido na transação.

Assim como os donos de pensão, os comerciantes eram um elo imprescindível na cadeia de exploração da força-de-trabalho das empresas representada pelos peões. Acontecia, inclusive, com uns e outros de se mudarem de um lugar para outro, dependendo da maior proximidade de empresas em fase de utilização de um grande número de trabalhadores.

## **6. A reação dos peões**

Além das formulações verbais pelas quais questionavam e denunciavam as formas de exploração de que eram objeto, os peões costumavam colocar em prática formas de reação às condições que lhes eram impostas, fosse por considerarem que tais condições representavam algum tipo de ruptura do contrato, fosse por avaliarem, no decorrer da execução de uma tarefa, que as dificuldades de realizá-la não lhes permitiria constituir um saldo.

Três foram os tipos de reação registrados por ocasião da pesquisa: o primeiro, e mais comumente praticado, consistia em deteriorar a qualidade do serviço, burlando o controle dos empreiteiros e dos fiscais - era a "malandragem"; o segundo consistia no exercício de uma pressão coletiva sobre o empreiteiro ou mesmo sobre o gerente da empresa, ameaçando-os fisicamente - era a "greve"; o terceiro consistia, simplesmente, no abandono individual ou coletivo das áreas de serviço, antes de concluir a tarefa - era a "fuga".

O "raliado", a "quebradeira" e a "cobra" eram as formas de burla do controle sobre a

qualidade da produção. O "raliado" consistia em não derrubar todas as árvores, deixando dentre as árvores derrubadas outras tantas sem derrubar, alegando que elas ultrapassavam o diâmetro combinado - baseando-se no fato de que as empresas às vezes ordenavam que árvores como o jatobá, a barriguda e o pau d'arco fossem deixadas para fazer sombra para o gado depois de formada a pastagem. A "quebradeira" consistia em derrubar as árvores mais grossas sobre as mais finas que assim se quebravam sem serem derrubadas - o problema é que isto formava um monturo que o fogo da queimada, antecedente à plantação do capim, não conseguia destruir. A "cobra" era comum sobretudo no caso de áreas muito extensas dadas como empreita - como a fiscalização era feita, muitas vezes, sem que os fiscais se internassem por estas áreas adentro, os trabalhadores podiam deixar áreas sem desmatar, fora do alcance da visão dos fiscais. Embora o "raliado" pudesse ser uma derrubada feita assim por interesse da empresa, ela era considerada "um serviço mal feito" e, conforme a "quebradeira" e a "cobra", podia ser uma forma de os peões, incluindo os chefes-de-lime, reduzirem o tempo de serviço e as despesas de realização de uma tarefa de tal modo a obterem o saldo.

Já o movimento que os peões denominavam "greve" consistia no exercício, sempre coletivo, de alguma forma de pressão sobre empreiteiros ou empregados da empresa, contra uma atitude que lhes fosse lesiva ou considerada como ruptura de contrato:

*Quando um gato foge com o dinheiro da empreita, há casos em que os peões identificam a fazenda como responsável. Tem se registro de fatos concretos onde centenas de peões enfurecidos têm cercado a sede da fazenda e exigido o pagamento sob ameaça de depredação da sede e de manter o gerente. Estas revoltas eles denominam greve. Quando acontecem, têm sido vitoriosas. O exemplo firme das greves. . . , levou as fazendas a uma nova prática: só depois que fazem o acerto de contas no escritório com todos os peões, é que chega a vez do empreiteiro (CPT: 1980).*

Se nesta referência a causa da "greve" identificou-se como tendo sido a fuga do empreiteiro (chamado gato exatamente porque estava em questão um tipo de roubo), outras circunstâncias referidas por trabalhadores como "greve" indicam outros itens de motivação para exercício dessa forma de ação. O não cumprimento do contrato relativo à especificação da tarefa a ser realizada e das despesas a serem assumidas pelo empregador, por exemplo, podem constituir um dos móveis da ação de "greve". A eficácia da ação de "greve" se baseia no seu caráter coletivo na medida em que a força dos "grevistas" decorre da própria ameaça física que um grande número de trabalhadores é capaz de representar para aqueles contra os quais eles se voltam. Tanto mais que a cooperação de empregados ou milícias particulares de empresas vizinhas era sempre uma possibilidade que podia ser acionada para subjugar os atores de uma "greve". Na frustração desse tipo de expectativa, ver-se-á que a empresa pressionada pode lançar mão da força policial, caracterizando, por um lado, a conivência do Estado com as empresas e, por outro, a relativa inoperância da interferência policial, no caso

de uma "greve" forte:

*Aí me enganaram de novo. Os empreiteiros pegaram nós para trabalhar na CODEARA, de avião. Falavam que a gente não pagava a passagem de avião, nem remédio de malária, era por conta da fazenda. Falaram também que era para fazer picada: a picada era mais cara. Quando chegamos lá, já tinha quatro jagunços, todos armados ... E não era picada, era para fazer uma estrada, com a mão, arrancando com picareta, enxadão. E tudo era pago: um comprimido de malária, que na rua era de graça, lá era Cr\$ 100,00; Cr\$ 500,00 era uma botina que na rua era Cr\$ 10,00. (...) Aí resolvi não fazer. Aí, ele disse que já tinha voltado nego no tiro, porque tinha que passar pela sede da fazenda. Aí, juntamos 42 ... Os jagunços foram buscar mais jagunços na porta da Amazônia; lá a fazenda deu conselho, disse que não arrumava, que era melhor dar parte na polícia, que a polícia fazia nós voltar para o trabalho. Sei que foram buscar polícia em São Félix e Luciara - vieram 8 policiais em dois tecos. Nós estávamos parados na casa do empreiteiro debaixo das árvores, aí chegou a polícia com fuzil e cercaram nós. Aí, perguntaram porque era que nós não queríamos trabalhar. (...) Falei com o sargento que ele podia amarrar nós, mas que nós não voltávamos. Aí ele pelejou, mas nós não voltamos, ele liberou nós (Comerciante, ex-peão; Chapadinha, 1982).*

Outro elemento significativo deste depoimento, é que seu autor vinha relatando sua trajetória na peonagem e, somente a partir da enumeração de uma série de engodos, dos quais ele teria saído sempre perdedor e sem condições de tomar qualquer iniciativa de pressão no sentido de recuperar suas perdas, é que introduziu o relato da "greve", indicando como que um aprendizado das tramas da peonagem que permite, aos mais experientes, reagirem a certas formas de exploração. De fato, no decorrer ainda do relato sobre inúmeros casos de engodo, perguntei inadvertidamente: "- Mas vocês não se revoltaram?", ao que ele respondeu: "- Barriga não revolta!" Esta expressão, barriga, no código da peonagem significa, justamente, que o trabalhador em questão é ingênuo, desconhece a vida da peonagem e, por inexperiência e medo, não sabe lidar com as dificuldades. Falarei dessa expressão em outro contexto. Agora, tratarei da terceira forma de reação à exploração que pude captar e que é a "fuga".

É significativo que a "fuga" fosse a forma mais comum de reação dos peões às condições de exploração a que eram submetidos e que eram entendidas como sendo rupturas do contrato verbal acordado entre eles e os gatos ou empreiteiros nos locais de recrutamento. A reação de "fuga" remete em primeiro lugar à imobilização espacial e física pela qual os empregadores procuravam reter, nos locais de trabalho ou mesmo no percurso a partir dos pontos de recrutamento, os trabalhadores recrutados. O argumento sempre acionado por parte do gato ou do empreiteiro era a existência da dívida assumida pelos trabalhadores fosse a que título fosse. O argumento da dívida não teria eficácia se o empregador não dispusesse da possibilidade de uso da força física para conter os trabalhadores. Contavam neste sentido com as "fugas" e dedicavam-se à captura dos que conseguiam evadir-se. Contavam também com cooperação da força policial do Estado em serviço no povoado e cujo atrelamento aos



empregados, gatos e empregados da empresa, já foi tantas vezes mencionado.

As "fugas", diferentemente das outras formas de reação dos peões, colocavam muitas vezes a questão da participação dos posseiros nas ações empreendidas pelos peões contra seus exploradores. De fato, em Santa Terezinha, por exemplo, as casas dos posseiros, na mata, constituíam pontos de referência dos peões que para lá se dirigiam, nessas ocasiões, à procura de abrigo, comida e orientação sobre os caminhos a seguir. Também as aldeias Karajá e Tapirapé eram procuradas e de lá muitos peões podiam ser conduzidos pelas canoas indígenas até a outra margem do rio Araguaia, no Estado de Goiás. Logo no início da instalação da CODEARA, quando as relações entre a Missão Religiosa e os representantes do Estado não haviam ainda se deteriorado, os próprios agentes religiosos costumavam obter transportes para as levas de trabalhadores fugidos que, através dos oficiais da Força Aérea Brasileira (FAB), cujo avião descia no campo da aldeia Tapirapé, conseguiam chegar até Brasília na esperança de se queixarem junto às autoridades. Por essa ajuda aos peões, tanto posseiros quanto missionários foram acusados de incitar os trabalhadores da empresa, sofrendo represálias por isso. Nem sempre as "fugas" eram bem sucedidas e, quando recapturados, os trabalhadores eram tratados como infratores pela polícia que intervinha a favor da empresa:

*- Quer dizer que aqui, nesse tempo não podia fazer isso não. Chegasse um peão na casa da gente com fome, a gente não podia dar de comer não, que se um outro visse contava para polícia, lá na rua... E por conta disso, eu quase fui preso. Os peões passavam, sempre eles gostavam de andar lá em casa, e eles me falaram que iam fugir para o Tapirapé, para de lá caçar meio de uma FAB, ou atravessar para o lado de Goiás, porque aí, nesse tempo, estava meio feio para eles, não é?!*

*Foi em 67?*

*Mais ou menos. Para as eras de 66, 67... não, 67 mesmo, não é?! E de certo que eles passaram e falaram: - Rapaz, nós estamos passando mal, viu, porque a fazenda só está dando feijão e esse óleo, e nós não estamos dando conta. (...) Aí, eles contaram que se viram apertados num barraco, então fugiram. (...) Aí eles chegaram, procuraram se não podia arrumar uma bóia para eles, que eles estavam com fome. Aí mandei a mulher fritar uns ovos, e ele diz: Pois é, eu quero que você me ensina a estrada do Tapirapé?! Eu digo: - Escuta, e vocês vão para o Tapirapé, fazer o que?! - Não, nós vamos pedir os índios para atravessar nós desse Araguaia, porque nós estamos aqui, presos dentro de um curral e nossos companheiros já fugiram, desceram aí para baixo, e só tem nós 4. (...) Foram. Chegaram na beira do rio, pescaram, fizeram fogo e quando estavam comendo a polícia chegou a fechou. E teve um deles, que estava como peão, mas estava só de vigia, não é, então me condenou: disse que tinha sido eu que tinha mandado eles irem embora. Dessa vez saíram 14 (Posseiro de Santa Terezinha).*

Dessas fugas participaram não somente peões mas muitas vezes também chefes-de-time ou pequenos empregados e os posseiros não só os diferenciavam dos outros empregados, mas também partilhavam da versão de que eles eram, tal como os peões,

"enganados" pelos recrutadores com respeito às condições de trabalho:

*"E esse era empreiteiro?"*

*Era o empreiteiro mesmo, não é? Gente que eles trouxeram de fora, também enganado, não é?! Como bem, chega aqui tem uma pessoa, morador no lugar, pai de família, então iludia ele e botava para ajuntar aquele povo que conhecia não é, para trazer, para trabalhar, para ganhar quantos e quantos, e soltava um dinheirinho ali, para deixar para a família um pouco e para dar para os outros também, para agradar, não é, para enganar. E naquela enganação trazia, quando chegava aí, ia matar, não é, de doença, de febre. E matar mesmo para tomar, acho que só a vida mesmo dos coitados porque não tinham outra coisa... (Posseiro de Santa Terezinha).*

A doença, o medo de morrer anônimo, sem cuidados e sem família, no interior da mata, eram uma motivação forte para enfrentar os ricos da "fuga" e da represália por parte da polícia e das milícias particulares das empresas. Um outro caso de fuga, desta vez envolvendo não a CODEARA, mas uma outra empresa próxima, a URUPIRANGA, já na fase posterior à luta dos posseiros de Santa Terezinha contra a empresa, mostra outros aspectos dessa forma de reação dos peões, pois, como se verá, os peões se armaram de modo a poderem enfrentar qualquer força de coerção que lhes obstaculizasse a evasão e retirarem do local de serviço também os companheiros doentes. Como os peões em "fuga" se dirigissem para Santa Terezinha, correu o boato de que iriam atacar a casa do gerente da empresa que lá residia. Fazia parte do grupo de peões um filho de posseiro de Santa Terezinha e é sua mãe quem relata o caso:

*Ele estava aqui, falou que ia trabalhar lá na mata. Tinham empreitado 12 alqueirões de terra. Aí começou o serviço, trabalhou bastante, mas adoeceu ... Aí vieram umas pessoas de lá e disseram: - Seu filho está doente, muito mesmo'. Aí eu falei para o seu Pedro (o gerente, que estava em Santa Terezinha), para ele trazer meu filho. Ele disse que não, que ele estava era com gripe. Aí, depois, teve um homem que adoeceu lá, peão, que ele tinha muitos peões, muitos... estava na hora de morrer. Esse homem, dizem que reclamava, pedia eles para tirarem ele, mandar para a terra dele, que ele estava naquele estado. Aí eles diziam que não, que não podiam tirar. Quando viram que o homem morria, tiraram. Chegaram bem aqui, no aeroporto, acabou de morrer. Aí, os peões que ficaram lá tomaram o caso a sério: Vamos embora!? Aí, todo mundo combinou para vir embora. E era tudo armado: os que tinham revólver, era revólver; os que tinham espingarda, vinham com espingarda; os que não tinham nada disso, vinham com facão, e os que não tinham nada, cortaram cada um um cacete e vinham todos armados com cacete, espingarda, revólver... (Marcionília, posseira de Santa Terezinha).*

Sempre que se falava em "fuga", estava em jogo uma turma de peões submetidos ao empreiteiro e, neste caso, a "fuga" sempre envolvia os chefes-de-time e seus companheiros. Quando o membro de um time abandonava o serviço, isto nunca era pensado como "fuga", embora os companheiros pudessem recriminar essa atitude. A diferença é que dentro do time não vigorava a instituição da dívida que subordinava os peões aos empreiteiros. No time

funcionava um acordo entre sócios e, quando este acordo falhava, diziam que haviam "descombinado" entre si; outras diziam que um membro do time havia saído devido a um "descontrole" no serviço, de tal modo que não havia expectativa de saldo. Se o "descombinar" indica divergência entre os "companheiros" quanto à organização do trabalho ou as despesas a serem feitas, o "descontrole" remete a uma impossibilidade de chegar a bom termo com a empreita devido a dificuldades decorrentes da própria tarefa assumida:

*Sempre ele (o marido) pega o serviço assim da fazenda, é só ele mesmo. Agora, nesse serviço que ele está aí, ele era sócio mais um outro. O outro viu que não dava dinheiro, deixou ele na boca quente.*

- E agora ele está sozinho ...  
- Para pagar a conta dele e do cara.  
- Vocês agora estão com conta aí, para pagar?  
- Tem ... Quando ele saiu, já estavam devendo. Primeiro eles fizeram esse serviço aí ...  
- De derrubada?  
- É. Eles eram em três. Aí descombinaram, esse que estava com nós até agora e um outro, os dois descombinaram. Então esse solteiro falou que queria ficar com o Rubem ... -Vamos pegar outro serviço. Pegou esse serviço que o Rubem estava trabalhando e quando ainda não tinha terminado o roço, ele falou que se o serviço não dava saldo ele não ia ficar. Foi embora (Mulher de chefe-de-time, Empresa TAPIRAGUAIA; 1975).

Se o "descontrole" remete as dificuldades impostas pela própria tarefa contratada e o "descombinar" remete as divergências entre os trabalhadores, estes preferem explicar os fracassos do funcionamento do time como decorrência do "descontrole", enquanto os empregados da empresa tendem a interpretar as dificuldades dos trabalhadores como decorrentes da falta de acordo entre eles:

- Descombinam os dois, eles descombinaram os dois, porque às vezes um quer tocar de um jeito, outro quer do outro; às vezes um quer comprar uma coisa, o outro já não quer. Então ele desgostou do movimento do outro porque eles não combinaram certo no serviço. Ele mesmo pediu que queria sair e largou o serviço para lá, para ele mesmo (Diálogo travado entre um chefe-de-time e um fiscal da Empresa TAPIRAGUAIA; 1975).

De qualquer modo, estas situações indicam que a sociedade que se realiza no time não é isenta de contradições e que a posição do chefe-de-time requer o exercício de alguma liderança e habilidade em lidar com os "companheiros", além de colocá-lo numa posição diferenciada quanto à responsabilidade assumida frente ao empregador:

*E como é que era, o sr. trabalhava sozinho ou tinha uma turma de companheiros?*  
*Não, nesse tempo que eu estava na Arauna eu tinha uma turma.*  
*E o sr. era o chefe-de-time?*  
*Eu era o chefe do time. Aí, peguei um lote de 33 alqueires de mato, para roçar e derrubar. Nós entramos em quatro, primeiramente, aí foi descontrolando ... Porque o chefe de time não era eu, era um outro rapaz que tinha uma família lá. Aí ele fez uma confusão lá, queria matar o outro.*

*Aí, o gerente mandou ele embora, eu fiquei como chefe-de-time. Não consegui derrubar o lote todo porque descontrolou. Era eu e mais dois e ficamos trabalhando: era todo dia, vai em cima, vai embaixo... os outros engoliram a lua, não é, foram embora.*

*Engoliram a lua?*

*É. Deixaram o sol para eu merendar (riso). Aí fiquei sozinho, uma mata... Mas aí não fiz mais os trinta e três alqueires não. Deu sete alqueires e uma quarta ... Rocei. Quando estava faltando três alqueires para eu derrubar joguei dez horas um dia, dez no outro, e acabamos de derrubar o mato. (...)*  
*Aí, entreguei para o fiscal, no outro dia fomos fazer as contas (Chefe-de-time, São Félix; 1974).*

## **7. De barriga a urutu cruzeiro: a trajetória dos peões**

No código da peonagem, chamava-se "treita" os artifícios de que uns e outros lançavam mão para beneficiar-se das situações e escapar da exploração. "Enganar" e "fazer treita" eram acusações freqüentes entre trabalhadores diretos e intermediários; saber contornar ou enfrentar as "treitas" dos outros era um requisito para ascensão na peonagem, não somente no que se refere às posições hierárquicas dentro da própria forma de organização do trabalho (peão - chefe-de-time - empreiteiro - empregado), mas também dentro do sistema de classificação dos próprios peões entre si, independente dessas posições e das qualificações específicas exigidas pela empresa e pelos intermediários. Assim, dois termos denotavam, por um lado, os mais inexperientes e, por outro, os mais adestrados nas tramas da peonagem. Os termos eram, respectivamente, "barriga" ou "barriga verde" e "urutu" ou "urutu cruzeiro", sendo os compostos uma forma superlativa dos termos simples. Os peões costumavam dizer que os que entravam na peonagem logo de início eram "barriga" - ou seja, eram facilmente enganados pelos intermediários; "urutu" eram os peões experientes, que não se deixavam enganar e sabiam reagir às tentativas de embuste dos intermediários. Neste sentido, diziam "o barriga não revolta", ou seja, não tem condições de fazer uma "greve" ou meter-se com sucesso numa "fuga" organizada. O tempo de vivência da peonagem não era tudo, de tal modo que alguns peões diziam nunca ter sido "barriga mesmo" por serem "meio inteligentes", enquanto se referiam a outros que, apesar do muito tempo de vivência como peões, continuavam "trabalhando para os gatos", ou seja, dando lucros para os intermediários, sem fazer nada para si mesmos. Facilmente, os peões admitiam, no início, terem sido "barriga", mas só encontrei um trabalhador reconhecido pelos demais como "urutu cruzeiro". Pareceu-me que ele reunia todos os atributos do peão respeitado: "treicheiro", porque estava há muito tempo na peonagem; "sem compromisso", porque não se casara; "gastador" e generoso, porque não se preocupava em guardar dinheiro; "urutu cruzeiro", porque, a par todas estas qualidades, era bom de serviço e capaz de levar a bom termo as tarefas que assumia como chefe-de-time. Fundamentalmente, penso que atuava na valorização positiva desse peão, o

fato de não ter-se tornado um empreiteiro, mas continuar trabalhando em sociedade nos times recrutados à base do conhecimento entre seus iguais, ao mesmo tempo em que conseguia fazer contratos diretamente com a empresa, desvencilhando-se da subordinação a intermediários. Significativamente, seu nome na peonagem era Maré Mansa e, sendo já conhecido na Região, fora convidado a ocupar um lote num dos povoados onde os moradores estavam tentando firmar seus direitos sobre a terra controlando a entrada dos novos pretendentes: o bom peão ia tornar-se posseiro. A condição: que deixasse de trabalhar para as empresas e constituísse família.

### **8. A divisão de trabalho no time: velhos, doentes e mulheres**

Além das tarefas específicas para as quais são contratados, os peões realizam um elenco de inúmeras outras tarefas indispensáveis ao funcionamento do grupo de trabalho. É necessário atentar para estas tarefas porque algumas delas podem passar facilmente despercebidas, no entanto, seu conhecimento revela aspectos importantes tanto acerca da exploração quanto do funcionamento e da composição interna dos grupos.

Há tarefas que se referem a relações com a empresa: trato com os fiscais para avaliação e entrega do serviço contratado, aquisição de mercadorias para abastecimento dos trabalhadores, acerto de contas, redistribuição do saldo. Há tarefas relacionadas à organização do trabalho: recrutamento de pessoal, orientação para o serviço, distribuição de tarefas, controle dos trabalhadores, tarefas de contabilidade como anotação de gastos e acerto de contas. Que a execução dessas tarefas não seja assumida, indistintamente, pelos componentes do grupo, fica evidente quando se trata de uma turma de peões com seu empreiteiro. Neste caso, todas as tarefas mencionadas são da competência do empreiteiro que pode, no entanto, dividi-las com auxiliares, recrutados ou não entre os próprios peões, dependendo de haver entre eles as qualificações exigidas para tais encargos. A admissão de "contabilistas", por exemplo, pode ser necessária em função da extensão do contingente de trabalhadores sob as ordens do mesmo empreiteiro, ou em função da "pouca leitura" do empreiteiro que, nestas condições, não é capaz, por si só, de realizar as anotações indispensáveis. A própria função de controle pode ser repassada a outros, muitas vezes recrutados também entre os trabalhadores subordinados, os peões: grandes empreitas requerem maior número de trabalhadores, agrupados em pequenas turmas de serviço, dispersas numa área relativamente extensa, inviabilizando o controle direto por parte do empreiteiro.

Quando se trata de um time, a realização dessas tarefas (que também neste caso podem ser repassadas a outros) recai sobre o chefe-de-time ou "dono do serviço". Há, no entanto, no caso do time, algumas diferenças a considerar, devidas tanto ao tamanho do grupo de

trabalho, que é sempre pequeno, quanto ao caráter das relações entre os seus membros. De fato, enquanto um empreiteiro pode ter 200 homens sob suas ordens, o time não passa de duas ou três dezenas e o recrutamento, sendo feito a partir de relações já existentes, faz com que a tarefa de controle seja amenizada.

A divisão de trabalho, no entanto, passa ainda mais facilmente desapercibida quando o que está em jogo são tarefas que respondam a necessidades de sobrevivência dos trabalhadores nos locais de trabalho. É assim porque, à diferença do que acontece com as tarefas que distinguem entre as posições empreiteiro e de seus subordinados, aquelas que são realizadas pelos membros do conjunto de produtores diretos se ocultam por detrás da prioridade atribuída à realização da tarefa para a qual foram contratados e escapam ao interesse de controle da empresa, que as deixa a cargo dos próprios trabalhadores, interferindo, somente, na avaliação da qualidade do produto final do trabalho. A ocultação de tais tarefas se dá tanto no discurso dos próprios trabalhadores, que a elas só se referem quando explicitamente perguntados, quanto do investigador, muito mais sensibilizado para perceber a relação capital-trabalho através do esforço investido diretamente na realização do produto final. Como condição indispensável e anterior à realização desse produto, os trabalhadores se dedicam, no entanto, a tarefas tais como a construção de barracos para abrigar-se no período em que permanecem nos locais de serviço, transporte de víveres e instrumentos de trabalho, feitura de alimentos, corte de lenha, abastecimento de água, caça, assistência a doentes e lavagem de roupas.

Para ter-se uma idéia da importância de considerar-se estas tarefas, basta talvez atentar para o desgaste da força de trabalho que significa, por exemplo, o transporte de carga durante a realização de uma "abertura de picada" na mata. "Abrir uma picada" é fazer uma derrubada de árvores em linha reta, formando um caminho que marca os limites externos de uma propriedade ou os limites internos que a dividem em grandes áreas de serviço.

Suponhamos que o contrato seja de abrir uma picada de quarenta e cinco quilômetros. E suponhamos que dadas as condições de trabalho (grossura dos paus, densidade da mata, maior ou menor dificuldade de locomoção imposta pelo terreno), os trabalhadores consigam realizar, em média, a derrubada de três quilômetros diários. Eles fariam, portanto, o trabalho em quinze dias. No primeiro dia, deixariam a carga no ponto de partida, onde ficaria também o encarregado de fazer a comida. Os trabalhadores da picada seguiriam até um ponto onde, na metade do dia, o cozinheiro lhes iria levar o almoço. Enquanto o cozinheiro voltasse ao ponto inicial, os outros trabalhadores seguiriam adiante até o final do dia, voltando então para jantar e dormir no ponto de onde haviam partido. O cozinheiro teria percorrido, pois, neste primeiro dia, três quilômetros de percurso, levando o almoço a uma distância de quilômetro e meio e

trazendo o vasilhame de volta, enquanto que os demais trabalhadores teriam percorrido quatro quilômetros e meio, três dos quais caminhando e, ao mesmo tempo, realizando o trabalho.

Se há desgaste com o percurso e carregamento de carga para todos os trabalhadores, ele não é igual para o cozinheiro, e é bom reter esta indicação para prosseguir raciocinando sobre critérios de divisão do trabalho.

No *time*, formado à base de *sociedade*, a tarefa de cozinhar é atribuída a todos os trabalhadores que a assumem na forma de rodízio. Entretanto, tirar um homem por dia da tarefa que tem que ser realizada em prazo o menor possível onera o *time* com o desfalque de uma força de trabalho plena que deveria estar posta a serviço de produzir um saldo maior, já que cada dia a mais ou menos dispendido na realização da tarefa contratada afeta para mais ou para menos o montante do ganho final. O rodízio é, por outro lado, um modo de onerar igualmente os componentes do grupo, porque cozinhar é um serviço considerado "maneiro" e, portanto, estar na cozinha é uma forma de descanso. Desta concepção acerca da cozinha decorrem algumas estratégias adotadas em circunstâncias especiais do *time*, nas quais o rodízio não se faz, ficando alguém encarregado exclusivamente da cozinha. Tais circunstâncias podem ser exemplificadas pela existência entre os componentes do *time* de alguém "fraco" ou "aleijado". "Fraco" se diz um "velho", por exemplo, cuja capacidade de se igualar aos demais na realização da tarefa contratada pelo grupo seja reduzida. Colocá-lo na cozinha é ao mesmo tempo entendido como um expediente de poupar-lhe as forças e de não onerar o grupo com o desfalque de um trabalhador no pleno gozo de suas energias. "Aleijado" se diz de um "companheiro" que tenha sofrido um acidente e esteja, temporariamente, impossibilitado de desincumbir-se, satisfatoriamente, e sem ônus exagerado, para si mesmo, de um trabalho igual aos outros. Da mesma forma, coloca-lo na cozinha é poupá-lo e permitir que ele participe dos ganhos do grupo, tirando o proveito máximo possível do conjunto de força de trabalho disponível:

*... se é de 10 ou 15 homens, tem que ficar um direto na cozinha. Agora mesmo, eu estava tocando um time de 10 - era um direto, e levava a bóia no serviço. É o cuca. Tem um que interessa, ou é mais fraco de serviço, pode ser um mais velho também. E quando gosta, ajusta por mês: Eu não quero entrar no time, eu cozinho por mês!*

*- Esse serviço que você estava tocando era de sociedade?*

*- Era sociedade, eu trabalhava junto. O da cozinha era porque tinha três meses que estava aleijado. Ele tinha estragado os dedos trabalhando como vaqueiro numa fazenda. Nós já conhecíamos ele: é José Maria. Os outros estavam todos sadios, e para não judiar com ele... Ele experimentou trabalhar na foice, mas não conseguiu e mesmo para carregar os sacos de arroz, ajudando o César ele estava tremendo todo. Ele tinha falado que agüentava trabalhar. Eu gosto dele, dos pais dele, ele estava se esforçando para ganhar o dinheiro. Antes, a gente tinha pensado: todo mundo cozinha e*

*trabalha, mas eu vi que não dava certo, porque eram 10 homens, as vasilhas eram muitas, para trabalhar na cozinha e no serviço; então, se separasse um para a cozinha ficava mais fácil* (Maré Mansa, chefe-de-time, Chapadinha; 1982).

A inserção de um homem jovem na cozinha e a implicação paralela de sua não participação no serviço "pesado" teriam conotações pejorativas em circunstâncias normais e é comum ouvirem-se acusações de "preguiça" em casos deste tipo em que não haja, por parte do grupo, reconhecimento da incapacidade real e momentânea de exercício da tarefa principal:

*Tem os malandros: vêm a coisa pesada, só querem trabalhar na cozinha para não pegar no pesado* (Maré Mansa, chefe-de-time, Chapadinha; 1982).

Há, no entanto, razões adicionais para o emprego de trabalhadores na condição de "fraco" ou "aleijados" e estas razões estão referidas a relações sociais dentro e fora da esfera restrita do trabalho em grupo. Um velho "educado" e de "confiança" pode ser

um ponto de equilíbrio a justificar o recrutamento de uma força de trabalho menos rentável; o expediente de prover um meio de manutenção de um trabalhador acidentado é uma forma de reciprocidade e manutenção dos vínculos de "companheirismo" que garantem, no futuro, a disposição de engajamento na composição de novos grupos para novas tarefas:

*Às vezes é um velho, ou mesmo um novo mas que é fraco de serviço, mas a gente aceita trabalhar com ele porque é uma pessoa boa, não atrapalha ninguém* (Maré Mansa, chefe-de-time, Chapadinha; 1982).

Se o rodízio é a forma, por excelência, de realização dos trabalhos de cozinha no *time*, a contratação de um "cuca" é a forma mais usual quando se trata de uma turma de *peões* com seu empregado. Entretanto, a contratação em caráter diferenciado de um encarregado da cozinha pode acontecer também no *time*. Incluem-se nesta denominação, de modo sistemático, trabalhadores que se oferecem para tarefa específica de cozinhar e na condição não de *sócios* do *time* mas de *mensalistas*, de tal modo que sua remuneração se faça não pela divisão do saldo, mas através de um montante fixo e previamente contratado.

A feitura de alimentos, por ser uma tarefa da esfera feminina, revela, por um lado, as condições especiais em que os homens dela se incumbem e, por outro lado, revela a própria presença de mulheres enquanto força de trabalho na peonagem, presença esta que não tem sido registrada de maneira adequada e que, no entanto, é mais freqüente do que se poderia supor.

A verdade é que a feitura de alimentos é muitas vezes assumida por mulheres na peonagem e isto se dá, especialmente, quando o *time* é a forma de organização do trabalho. É bom lembrar que a especificidade desta forma de organização se baseia no fato de ela não comportar internamente, seja a nível ideológico ou prático, a subordinação que se dá entre



trabalhadores diretos e empreiteiros (ver a parte que se refere ao *time*) . Mulheres podem entrar no *time* na qualidade de mulheres do *dono do serviço*.

*O chefe-de-time* leva consigo a esposa para o local de trabalho, ou, na ausência de uma esposa, consegue firmar uma relação de exclusividade com determinada mulher e, então, impõe a barreira da exclusividade avocando para si e sua companheira a condição de "família". Nem sempre, no entanto, as mulheres que trabalham no *time* são mulheres do *chefe-de-time* e, com mais razão nestes casos, podem surgir dificuldades, principalmente no que se refere à esfera de autonomia do núcleo familiar (ou do par conjugal) que tem que ser, a todo custo, preservados, de tal modo que a mulher só esteja diretamente subordinada ao marido (ou ao homem que ela acompanha). Se esta regra foi rompida, a presença da mulher se inviabiliza:

- *Mas tem uns que levam a mulher, não é? Os que têm mulher levam, não é?*  
- *Tem homens que levam. Outros não levam não senhora. - O senhor já levou?*  
- *Já levei.*  
- *E dá certo?*  
- *Tem vez que não dá não senhora. O último ano, na derrubada, não deu certo não senhora.*  
- *Por quê?*  
- *Por conta que, por companheiros, não é?! Descombinou. Companheiro queria mandar em nós todos... (e eu, com a esposa lá), eu fui, deixei o serviço.*  
- *Mas ele era o seu empreiteiro? Era.*  
*E o senhor é que levou sua mulher? Eu que levei mulher.*  
*E ele tinha que pagar alguma coisa para ela?*  
*Tinha que pagar. E eram duas mulheres. Era uma minha e uma dum companheiro meu. Elas duas que eram cozinheiras. Agora, cedo nós íamos todos pro serviço, quando eram oito horas mais ou menos, vinha um pra levar a bóia para os outros lá. A mulher não podia ir, por conta do mato alto, né?! A mulher tá andando assim, não dá certo.*  
*Dessa vez o acordo ficou: o companheiro que não tinha mulher pagava àquele que tinha. Pagava 200 contos por mês.*  
- *Nessa outra fazenda que eu trabalhei, era time também, mas eu não era o chefe, era um colega meu e quem cozinava era a mulher dele. Mas ela não fazia o almoço. O almoço éramos nós que fazíamos. Cada dia um levantava de madrugada, servia o café e fazia o almoço para e nós levávamos. A janta era ela que fazia. O dia que era o marido dela que era para fazer, ela levantava e fazia por ele.*

Para qualquer homem do *time*, levar a mulher é uma forma de obter um ganho a mais e ao mesmo tempo evitar gastos duplos que se fazem tanto no local de serviço quanto no local de moradia.

- *Porque, às vezes, no momento a gente fica pensando: este ano não vou levar mulher não. Vou deixar aí, agora: tira o fornecimento e deixa cá para a mulher; e vai lá, tira outro fornecimento e fica lá com os companheiros....*

Outra atividade exercida por mulheres na peonagem é a lavagem de roupa: ou o fazem para seus parentes, ou para outros trabalhadores e, neste caso, sempre em virtude de um trato

individual e em troca de alguma forma de remuneração, também assumida por trabalhadores individualmente, e nunca em razão de um trato coletivo do grupo. Esta tarefa parece ter uma conotação diferente da tarefa de feitura de alimentos, pois homens nunca assumem realiza-las para outros, o que é a norma quando se trata de homens cozinharem. De qualquer modo a lavagem de roupas é mais uma fonte alternativa de trabalho e ganho para mulheres na peonagem!

- *E a lavagem de roupa, quem faz é a mulher?*

- *Não, cada um lava a sua. Às vezes a mulher é esperta. Ela não tem direito (obrigação) de lavar roupa de ninguém, mas pode lavar. Às vezes nem combina preço, aí, no fim, o peão tem consciência, dá unia gorgeta. Neste serviço que eu trabalhei ela não lavava porque estava gestante também. Ela só fazia a janta.*

Às vezes os limites do grupo de trabalho coincidem exatamente com relações de afinidade e parentesco e, nestes casos, nem se justifica o emprego das designações de *time e chefe-de-time*, a mulher exercendo suas funções dentro dos limites das relações familiares representa uma forma de poupança computada de outra forma:

*Uma vez ele (o marido) ficou trabalhando nas Três Alarias, e a menina (a filha) cozinhava para ele. A empreita era só deles dois mesmo (o marido e o marido da filha), fazendo uma juquirá.*

- *E aí quem tem mulher então lucra, não é?!*

- *Lucra. Quem tem mulher lucra. Logo o ordenado é mais. E quem não tem é a conta de ele tirar um sabão, uma roupa, já tira um cigarro, daqui a pouco dá vontade de beber uma pinga... Naquele tempo uma pinga lá valia dez contos... e aqui na rua era dois.*

A assistência aos doentes também cabe à mulher, nos grupos dos quais ela participa. Além de todos os tipos de doença e acidentes de trabalho, existe uma doença que é quase uma rotina nos grupos que trabalham nas matas da região: trata-se da maleita cuja febre deixa o trabalhador prostrado e trêmulo por vários dias. Essa tarefa, por sua vez, tem uma conotação diversa das outras: faz-se como um favor, ou sobre laços de camaradagem e é, em parte, por conta dos cuidados dispensados aos doentes que os trabalhadores costumam referir à mulher que acompanha o grupo como sendo "uma mãe para nós". Nos *times*, essa aproximação ideológica em termos de parentesco não é isolada, pois os membros do *time* fazem questão de enfatizar a igualdade entre eles (*sócios, companheiros*) e o *chefe-dotime* costuma usar com relação aos demais trabalhadores a designação afetiva de *meninos*, bem distinta das designações plenas de sentido pejorativo pelas quais são referidos por empreiteiros (*biés, peões*).<sup>30</sup> Na verdade, a aproximação ideológica em termos de parentesco parece ter também

---

<sup>30</sup> O termo *peão* está registrado no vocabulário do trabalho como amansador de cavalos, trabalhador rural,

como efeito o reforço da barreira sexual entre os membros do *time* e a mulher do *companheiro* ou do "dono do serviço". Sem esta aproximação e sem o reconhecimento da exclusividade da relação entre um homem e a mulher que o acompanha, e pela qual ele é responsável, seria impossível pensar em recrutar mulheres para trabalhar em situações de grande isolamento e escassez de mulheres.

A "responsabilidade" de um homem com relação à mulher que o acompanha e o reconhecimento da exclusividade da relação entre eles permitem que se realize com sucesso a estratégia muito comum de recrutar mulheres para compor grupos de trabalho a partir de contatos na zona de prostituição, situação aparentemente incompatível com as dimensões da "responsabilidade" e da exclusividade presentes nos locais de trabalho.

### **9. Peões e mulheres do cabaré: reconstruindo as relações familiares**

Até aqui tratei da presença de mulheres no espaço de trabalho e, ao fazê-lo, fiz ver que a percepção dos *peões* como homens solteiros e como força de trabalho recrutada em termos individuais precisa ser rediscutida. Neste sentido, gostaria de aprofundar o argumento em duas direções: a primeira visando a consideração do fato de que as formas de classificação desses trabalhadores por parte dos *posseiros* se constroem por referência à família, ou melhor, por referência à ausência ou afastamento da família; e a segunda visando demonstrar que estão em jogo dois conceitos de família: um produzido pela realidade dos *posseiros* e outro produzido pela realidade dos próprios *peões*. Tomarei, portanto, primeiro, as formulações dos *posseiros* acerca dos *peões* e, em seguida as formulações dos próprios *peões* e dos seus pares conjugais, por excelência, as mulheres das zonas de prostituição que se formam nas imediações das empresas.

De fato, o discurso dos *posseiros* dos povoados onde circulam os *peões* constitui uma barreira imposta à percepção das relações familiares estabelecidas pelos *peões*, por ser, exatamente, o discurso da ausência da família; este discurso é muito forte - marcado pela ameaça que os *peões* representam para os *posseiros* tanto no que se refere à luta pela terra quanto no que se refere às relações sociais entre os membros da comunidade. Diziam os *posseiros* que os *peões* "são largados", que deles "ninguém sabe quem é o pai nem a mãe",

---

operário. Etnologicamente, foi construído sobre a raiz latina *pes-pedis* (pé) e remete "aquele que anda a pé" (Ferreira: 1975). Por oposição, no passado, aos cavaleiros, o termo era uma referência a noções de estamento (Professor José de Souza Martins chamou minha atenção sobre este significado). Carrega, pois, uma noção de inferioridade, relativa à estruturação da sociedade. O fato, no entanto, de remeter ao trabalho de certo modo dignifica seu uso. Mesmo no contexto aqui analisado, com todas as noções negativas que foram anunciadas, a categoria *peão* resguarda, portanto, esta margem de positividade. O termo "bié", entretanto, é referido quase como uma xingamento, uma ofensa e mencionado tanto por *peões* quanto por *posseiros* como uma forma absolutamente desrespeitosa de tratamento.

que "não têm juízo", "vivem bêbados". Tais expressões referem-se à condição de homens privados das relações a partir das quais se constroem posições, papéis e identidades sociais. Entre os *posseiros*, tais relações são lastreadas pelo parentesco, pela vizinhança e contatos face a face que permitem estabelecer redes de conhecimento mútuo, direitos, deveres e controle social. Dizer que os *peões* "são largados" remete, exatamente, à indefinição de *status* que o desconhecimento (ou a ausência situacional) dessas relações comporta: casados ou solteiros, não se sabe, o certo é que vivem como se não tivessem família. Mais categórico é dizer que *peão* "não tem compromisso", pois o que ganha no trabalho gasta com coisas e pessoas que não estão vinculadas à vida da casa e da família; os que a têm possuem um "compromisso" e o produto de seu trabalho destina-se prioritariamente ao sustento da mesma. O *peão* "não tem compromisso" porque consome seu ganho no "cabaré" com as prostitutas, e na "zuada" com os companheiros, com bebidas, roupas, rádios de pilha e outros objetos pensados como supérfluos do ponto de vista do sustento da casa e da família. Na expressão "ninguém sabe quem é o pai nem a mãe", a referência à falta de informações sobre a família é explícita, mas a implicação desta ausência é mais abrangente porque, ao colocar em evidência a importância da família de origem, indica a impossibilidade de apelar-se, no caso dos *peões*, para alguém que se responsabilize, que avalize e controle suas ações. A conceituação de que "*peões* vivem bêbados" funciona como uma armadilha, ainda mais quando associada à impressão causada pelo que se vê nas portas das pensões, dos bares e nas ruas das zonas de prostituição. Armadilha que leva, primeiro, a procurar-se uma explicação a nível sociopsíquico: os *peões* bebem porque se angustiam com sua condição social. Para desarmá-la pode-se, no entanto, começar por considerar o fato de que os *posseiros* também bebem, e de que muitas vezes acontece de algum deles cair na rua e precisar ser levado para casa, sem que isto, necessariamente, seja pensado como uma anormalidade ou desvio. A diferença é, pois, que os *posseiros* bebem e caem no tempo adequado das festas, dos fins de semana e feriados, no espaço do povoado em que se acham protegidos pelas relações sociais estabelecidas, enquanto os *peões* bebem no espaço forjado pelo trabalho nas fazendas, inadequado ao calendário do povoado, no meio de estranhos ou de companheiros tão alijados do convívio dos moradores do povoado como qualquer outro entre os *peões*. Nestas circunstâncias, não desfrutam da proteção de parentes, vizinhos e conhecidos, mas ficam sujeitos à repressão e ao aviltamento que implica cair nas mãos da polícia, sem ter quem interceda a seu favor ou assumam por si responsabilidade. A força da ameaça e da suspeição que paira sobre os *peões* não elimina, mas até se nutre das avaliações positivas que convivem com os preconceitos de que são objeto. De fato, poder investir em bens supérfluos, roupas, cigarros e relógios, objetos que ajudam a compor uma áurea de atração para as moças e rapazes do povoado, cria um

*status* diferenciado para os *peões* na competição por pares conjugais, ameaçando, por este lado, as famílias dos *posseiros*. Seus filhos homens, atrelados às regras de redistribuição no grupo doméstico, trabalhando sob a autoridade paterna, não podem dispor de ganhos traduzidos em dinheiro que lhes facultem um consumo sequer comparável ao dos seus competidores. Num sentido semelhante, se desdobra a formulação de que "o peão vive no trecho". Por um lado, o "trecho" é o lugar fora do povoado, longe da casa, é a estrada, um lugar de ausência da rede de relações estabelecidas que criam o conhecido e socialmente controlado; mas, por outro lado, é no "trecho" que o filho da família camponesa, como *peão*, constrói sua independência com relação à autoridade da família de origem e, mais especificamente, com relação àquele do qual ele, na medida em que entra na fase adulta, se torna um duplo: o pai. Por este outro lado, que além de tudo inclui a vivência de novas experiências com relação a pessoas, coisas e lugares, viver "no trecho" constitui um elemento de valorização e aspiração para os *rapazes* das famílias de *posseiros* e, de atração, para suas mulheres.

Mas, se o discurso dos *posseiros* sobre os *peões* é, como foi dito anteriormente, o discurso da ausência da família, o discurso das mulheres das zonas de prostituição revela o movimento de reconstrução das relações familiares realizado pelos *peões* e por elas próprias.<sup>31</sup>

Muitas das mulheres que vivem nas zonas de prostituição dos povoados da região são de origem camponesa e vieram se inserir na prostituição a partir de algum tipo de ruptura com as regras ou as expectativas do grupo com relação ao tabu da virgindade ou à perpetuação do casamento. Assim é que as histórias de vida enfatizam sempre um momento de inflexão em suas trajetórias, nos quais "se perderam" ou "se largaram" de seus maridos, deixando então o convívio com a família para viver no "cabaré":

*Os pais dela vivem na roça, aqui em Porto Alegre mesmo. Ela separou do marido, aí veio para o Cabaré. Agora não quer voltar lá de medo do marido matar (Mulher do cabaré, falando a respeito de outra; Porto Alegre).*

*É quem fica mais aqui comigo, fica direto. Perdeu-se com um rapaz de 12 anos... O moço queria que ela fosse com ele para Goiás... E aí, a família dele queria que ela fosse, não foi. Aí não deu para segurar (Mulher do cabaré, referindo-se à sobrinha; Porto Alegre).*

A passagem à prostituição nem sempre é tão imediata (nem eu poderia dizer que é necessária) e a mulher "largada" do marido pode tentar uma alternativa, inclusive saindo de

---

<sup>31</sup> Para chegar a um equacionamento das diversas formas de vinda dos trabalhadores do campo para empregar-se numa fábrica têxtil de Pernambuco, Maria Rosilene Barbosa Alvim teve que submeter o discurso tanto dos trabalhadores quanto da própria fábrica a um tipo de relativização semelhante, fazendo embora o caminho oposto: tanto os camponeses quanto os relatórios da fábrica falavam apenas em vindas por grupos familiares, quando na verdade a pesquisa foi produzindo a evidência de vindas individuais de trabalhadores (Alvim: 1984, capítulo III).

onde morava antes para empregar-se de alguma outra forma que lhe permita sustentar-se:

*Quando eu saí de casa, fiquei empregada na casa de uma dona. Lá conheci um polícia e passei a gostar desse polícia. Aí ele me convidou para eu morar com ele. Eu disse que ia, mas depois que eu criasse o menino que eu tinha. Aí minha mãe mandou dizer que era para eu vir. E ele não queria deixar eu vir. Queria que eu fosse criar lá junto com a mãe dele, na capital de Belém, no Pará. Aí eu falei que não ia ... e fugi. Vim embora.*

- Aí você veio para Santa Terezinha?

- Foi. Aí nunca mais vi ele. (...) Aí eu saí daqui, deixei esse menino com a minha mãe e falei para ela que com quinze dias eu voltava. E me mandei. Cheguei em Luciara, fiquei um mês ... De lá fui para São Félix (Mulher de chefe-de-time, ex-prostituta; Santa Terezinha).

A passagem pelo "cabaré" às vezes é rápida e a mulher logo se liga a algum que conhece na própria zona: um peão, um empreiteiro ou mesmo um comerciante da zona. Começa então uma relação que pode ser mais ou menos duradoura:

- Cheguei lá no dia primeiro de novembro. Quando foi no dia quatro ele chegou e no dia quatro nós saímos... Papo nenhum. Papo era que ele perguntou se eu ia morar com ele, eu falei que ia e pronto.

- Gostou dele ...

- É. Tamos juntos até hoje. Já tem oito anos" (Mulher de chefe-de-time, ex-prostituta; Santa Terezinha).

- "Vivi com meu marido cinco anos e três meses... Aí separei e depois casei de novo.

- Este segundo marido seu era peão?

- Era peão. Conheci ele lá em São Félix, passei quatro anos com ele. Eu já tinha dois filhos do primeiro marido e um que era de antes de juntar com ele, aí tive mais dois dele (Mulher do cabaré; Porto Alegre).

Entre relações mais duráveis pode haver relações fortuitas das quais resultem filhos cuja paternidade pode não ser identificada. Esta, entretanto, não é a regra e, mesmo separadas dos pais de seus filhos, as mulheres manifestam a necessidade de identificá-los:

- É a mais clarinha e a que eu tenho mais dengo com ela porque é do homem que eu adorava.

- E onde ele está?

-Morreu. Morreu? Como?

-Morreu matado numa briga. (...) Esse aí, se não tivesse morrido, eu estava com ele ainda. Mamãe não queria que eu ficasse com ele, porque vivia em encrenca, mas quem gosta não vê isso, não é?!... Este aqui, eu não sei quem é o pai dele; estou preocupada porque não sei o que vou dizer quando ele perguntar (Mulher do cabaré; Porto Alegre).

Devido, talvez, à contingência das relações, as mulheres do "cabaré" elaboram um discurso sobre a paternidade que remete a uma forma especial de uso das categorias de parentesco e de expectativas com relação a papéis:

*Tenho dó desse povo (os peões), tenho que ter, porque eles são os pais dos meus filhos ... Eles bebem, a gente puxa fogo, eles bebem. Tem vez que bebem Cr\$ 5.000.00... Outro dia um mandou Cr\$ 5.000.00 para mim. Levou*

*meu rapazinho para a fazenda e deu roupa para ele. Porque eu é que ponho tudo na casa de minha mãe. É um dever que eu tenho porque ela olha meus filhos* (Mulher do cabaré; Porto Alegre).

Além dessa paternidade difusa, quase metafórica, que não exclui a identificação do pai biológico de cada filho, nem a experiência de relações duradouras, alternadas com relações fortuitas, o depoimento acima indica o papel das mulheres-mães das duas gerações. De fato, a mulher que falava tinha oito filhos, todos morando com a avó, na área familiar da zona urbana, à exceção do bebê, em fase de amamentação, que ficava com ela:

*Até ficarem sabidinhos, depois vão para a casa de mamãe* (Mulher do cabaré; Porto Alegre).

Quando a mulher do "cabaré" e o *peão* se unem numa relação duradoura, acontece de irem juntos trabalhar numa empresa. Os recursos, então destinados ao sustento dos filhos e dependentes da mulher, podem vir, no todo ou em parte, do trabalho realizado pelo *peão*, a mulher e os filhos maiores desta. No grupo de trabalho que assim se forma, o contorno do grupo coincide com os laços de parentesco criados (aliança e filiação) e a divisão de trabalho aparece subordinada a estes vínculos: a mulher e mãe, na casa, cozinhando para os filhos e o marido; o marido chefiando o trabalho fora da casa.

*Você disse que o seu filho foi para a fazenda com um peão, e você já esteve nas fazendas?*

*Este último, que morreu, eu estive com ele na Vila Rica. Era só ele e um menino meu, o mais velho que trabalhava com ele, de juquirá. Eu ficava na casa com a menina mais pequena, fazia a comida e levava. Deixava a pequenininha alimentada, de barriguinha cheia e levava a comida para eles; depois voltava para cuidar da janta. (...) Sempre mandando dinheiro para a mamãe, aqui.*

*Essa casa que você morava era da fazenda, era na sede? Não; era um barraco de plástico e madeira, dentro da mata. Ele mesmo juntou a madeira, e o plástico a gente comprava na sede e levava para lá.*

*Você já tinha esta casa aqui?*

*Tinha. Essa aqui eu deixei alugada e a mamãe recebendo o dinheiro do aluguel* (Mulher do cabaré; Porto Alegre).

A entrada na prostituição, como já foi dito, se faz a partir da ruptura com alguma regra do parentesco; "perder-se" (quebrar com a regra do tabu da virgindade pré-matrimonial), ou "separar-se" (quebrar com a perspectiva de perpetuação do vínculo conjugal) aparecem como dois elementos que favorecem a transição para a prostituição. É como se se fizesse uma dicotomia definitiva entre a vida familiar, plenamente observadora das regras, e a prostituição, como espaço dos infratores dessas regras, social e espacialmente segregados. Entretanto, logo se revelam situações e relações vinculando o espaço da prostituição à família. Pude observar, por exemplo, a existência desse modelo especial de família marcado pela matrifocalidade e pelo desdobramento do papel de *mãe* em torno de duas mulheres: mãe e a mãe-da-mãe. Embora separadas, espacialmente, elas se complementam: a mãe provendo, economicamente,

a subsistência dos filhos e cuidando deles até os primeiros passos; a mãe-da-mãe acolhendo-os em sua casa, no espaço das "casas de família", que é ao mesmo tempo o espaço da escola, do trabalho legítimo, do casamento. A matrifocalidade dupla parece assim ser complementar à transitoriedade dos vínculos conjugais da mãe<sup>32</sup>.

Se por um lado, portanto, a introdução à prostituição se faz às custas da ruptura com a família, a reprodução da mulher na prostituição pode comportar recomposições com a família de origem em outros termos. É o que se vê na relação da mulher do "cabaré" com a mãe, de cujo sustento ela se encarrega, e sob cujos cuidados ela deixa os filhos. No caso de sobrinha, que tendo "se perdido" foi morar com a irmã-da-mãe no cabaré, há, por um lado, um reacionamento dos laços familiares dentro do próprio espaço da prostituição; por outro lado, neste caso, a irmã não rompe com a filha prostituída, mas rompe com a irmã, em quem deposita a responsabilidade pelo destino da filha:

*A mãe dela não fala comigo, diz que foi por minha causa, mas não é verdade, porque nesse tempo eu estava casada.*  
- *Ela mora com você?*  
- *Vive de uma casa pra outra, come na casa da mãe, dorme aqui, me ajuda a beber* (Mulher do cabaré; Porto Alegre).

A necessidade dessa ruptura talvez decorra em grande parte da proximidade espacial em que se encontravam as duas irmãs de status social diverso: uma, "mulher de cabaré", outra casada, porém vivendo com o marido, dono de um bar, na mesma rua. Mas também pode ser, simplesmente, uma forma de expressar socialmente o repúdio à entrada da filha na prostituição sem ter que arcar com o ônus de romper com esse laço muito mais forte que é o da filiação.

Os depoimentos até aqui citados indicam manutenção ou recomposição de laços familiares dentro da peonagem ou da prostituição. Na verdade, as trajetórias de *peões e* mulheres do "cabaré" podem conduzi-los de volta às condições camponesas. Isto pode acontecer quando a família de um ou de outro tem estoque de terras disponível que permita a reprodução de uma nova unidade doméstica.

- *O seu irmão comprou a terra?*  
- *De um posseiro de Santa Terezinha. Domingo ele falou para o meu marido ir lá para eles combinarem que jeito é que vai fazer.*  
- *O Rubem vai trabalhar lá, só ele mesmo? - Só ele.*  
- *E você está gostando de ir para lá?*  
- *Para essa posse? Eu não sei se é bom, mas a gente vai, não é; é o jeito. Que a gente para enfrentar a dureza tem que ir, não é?! Para começar, tem que enfrentar ... Negócio de ficar trabalhando, fazendo só o dos outros, não*

---

<sup>32</sup> Sobre a predominância dentro da família dos laços de filiação que unem as mulheres à sua prole em detrimento dos laços conjugais e cios laços de filiação que unem a prole aos homens, em casos nos quais uma circunstância social os afasta de casa por longos períodos mais ou menos duradouros, ver Levi-Strauss: 1972.



vai não.

*Andar só a mandado dos outros, rapaz... trabalha, quando termina aquele serviço, não tem resultado nenhum. Assim, sendo um serviço que a gente trabalha e vê o resultado, ainda vai* (Mulher de chefe-de-time, filha de posseiros, ex-prostituta; Santa Terezinha).

\*\*\*

Tentei mostrar, através da análise dos elementos constitutivos da relação dos *peões* com as empresas, ter a associação entre peonagem e escravidão o mérito de chamar atenção para a particularidade dessa forma de subordinação do trabalho face ao assalariamento tipicamente capitalista, pois que ela implica na perda para o trabalhador, ainda que temporária, de sua condição de livre vendedor de sua força de trabalho.

Também propus pensar o engajamento na peonagem não apenas como um indicador do processo de proletarização em curso, comandado pelo movimento do capital, mas como parte da estratégia do próprio campesinato de, pela busca de construção de um patrimônio através da venda da força de trabalho, tentar assegurar a possibilidade de sua reprodução social. A reprodução da condição camponesa não é o único modelo de trajetória concretizado pelos *peões*. O fato de eu ter enfatizado este modelo não significa exclusão das trajetórias que levam ao descampesinamento e à proletarização, havendo, inclusive, várias indicações neste sentido. Uma situação-limite poderia ser citada: a formação de um contingente de homens solteiros, já passada a faixa etária em que, normalmente, ocorrem os casamentos, que circulam constantemente entre as várias empresas da Região (e, nos anos mais recentes, também entre os garimpos). No discurso dos *posseiros*, assim como dos próprios *peões*, estes trabalhadores aparecem como os *peões do trecho*, por excelência, aqueles que não têm parada. Sobre esta situação a questão que se coloca é saber se os *peões*, membros de famílias camponesas que permanecem nesta condição o fazem por atributos e escolhas pessoais ou se sua perpetuação como celibatários seria função de uma situação mais geral do campesinato na Região, marcada pela carência ou dificuldade de acesso a recursos que possibilitem sua reprodução como camponeses. Pierre Bourdieu tem um estudo sugestivo neste sentido sobre uma aldeia camponesa na França, onde ele encontra uma situação de celibato associada a estratégias do campesinato visando a preservação de recursos monetários e fundiários, de tal modo escassos que foi preciso pôr em prática algumas regras de herança e partilha de forma que, a uma parte do grupo pelo menos, ficasse garantido o acesso ao patrimônio, às custas de uma outra parte do grupo que tem que ser excluída do mesmo (Bourdieu: 1962; páginas 32 a 56).

Propus, por outro lado, pensar as "mulheres do cabaré", assim como os próprios *peões*, como membros de famílias camponesas, afastadas de suas condições de vida familiares. Em

ambos os casos me referi a crises que estariam na origem desse afastamento. É preciso deixar claro que as crises referidas dizem respeito a mudanças de *status*, ocorridas dentro do ciclo de vida das famílias e vivenciadas contraditoriamente, e a rupturas de regras de comportamento básicas do relacionamento social e familiar do grupo. É provável que este tipo de crises tenha sempre gerado afastamentos com relação às famílias e às comunidades camponesas. Entretanto, são fatores tais como a redução do estoque de terras camponesas, a introdução do tipo de exploração e o recrutamento de mão-de-obra individual e em grande escala realizado pelas empresas que, associados às referidas crises internas ao próprio campesinato, resultam em situações como as que foram examinadas.

Pergunto-me, ainda, até que ponto a "fuga", pelo menos como uma das formas de resistência dos *peões* à exploração a que os submetem as empresas, não está também relacionada, de algum modo, à percepção e ao significado que tem para eles, como membros de famílias camponesas e, num determinado momento do seu ciclo de vida, o engajamento no trabalho remunerado. Nós tendemos a pensá-los como trabalhadores temporários, equiparando-os assim a todos esses segmentos proletarizados do campesinato, empregados, periodicamente, pelas empresas onde quer que seja, mas, pensando naqueles que conservam ainda vinculações com uma família e um patrimônio camponês, eu tenderia a interpretar seu engajamento na peonagem sob a ótica de uma saída contingente que não inclui, necessariamente, o descampesinamento e o engajamento permanente na condição de vendedores de força-de-trabalho.

Finalmente gostaria de fazer algumas considerações sobre o significado social da saída dos *peões e de* sua volta para casa e das implicações que tem este movimento para a compreensão da família camponesa. Estudos recentes sobre o campesinato no Brasil têm mostrado que, chegada a fase adulta, os filhos homens das famílias camponesas passam a implementar, ainda no âmbito da unidade chefiada pelo pai, um projeto de trabalho autônomo que lhes permita fazer a passagem para a construção de uma unidade camponesa nova (Garcia, 1975 e Heredia, 1979). Também há evidências, inclusive nos próprios depoimentos dos camponeses mais velhos por mim entrevistados, de que sair da casa paterna para, através do exercício de uma atividade remunerada, realizar o acúmulo de um pequeno patrimônio inicial, tem sido sempre parte da estratégia de reprodução de novas unidades camponesas. Na região pesquisada, os mais velhos lembram o tempo em que jovens ainda saíram para áreas de garimpo ou buscaram serviço junto a criadores de gado visando, em ambos os casos, obter uma ou outra espécie de recursos com que iniciar-se na fase plenamente adulta, quando lhes cabia constituir sua própria família.

O que o estudo sobre os *peões* parece revelar sobre esta fase do ciclo de vida dos

camponeses é que ela é uma passagem crítica, eivada de conflitos, desafios e ambições. A situação revela uma crise estrutural em que uma ruptura drástica tem que ser realizada entre aquele que ainda é o chefe da família (o pai) e aquele outro que já pode tornar-se um novo chefe de família (o filho adulto). É significativo notar-se que as histórias dos *peões* sobre a saída da casa paterna incluíam mágoas e reclamações com relação aos pais e se referem à autoridade deste como autoritarismo e, ao controle por ele exercido sobre o produto do trabalho familiar, como uma espécie de usura.

Na crise que relatam é comum ouvir-se que saíram de casa sem se despedir do pai, embora fazendo-o sempre com relação à mãe, como se a expressar que a competição era com o primeiro e que, por outro lado, a atitude amorosa entre o filho e a mãe neste momento funciona como garantia de uma possível volta, de uma recomposição das relações com a família de origem, num tempo futuro e sob novas condições. Toda a situação descrita pelos *peões* lembra muito a crise das sociedades de linhagens matrilineares em que o irmão da mãe, chefe da linhagem, e o filho da irmã, pretendente ao posto, entram em conflito, cabendo à mãe o papel de mediadora que permite a continuidade da linhagem para além da crise (Beidelman, 1974).

Por ora, basta lembrar que muitos filhos de famílias camponesas, *rapazes* (solteiros) ou jovens recém-casados, não logram concretizar o projeto de volta à família. Muitos deles se referem à não volta como um resultado da distância entre o projeto de voltar com recursos e a impossibilidade de fazê-lo, como se a obtenção de recursos fosse uma forma de remissão das atitudes tomadas no período crítico e como se voltar sem tais recursos fosse uma violência imposta ao seu orgulho e à sua auto-estima.